



**Este artigo** está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 3.0 Unported.

**Você tem direito de:**

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

**De acordo com os termos seguintes:**

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



**This article** is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 Unported License.

**You are free to:**

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

**Under the following terms:**

Attribution — You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

# MERIDIANO 47

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de  
Conjuntura em Relações  
Internacionais

Nº 27  
Outubro – 2002



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## S U M Á R I O

O BRASIL, UM ANO DEPOIS  
AMADO LUIZ CERVO

A AMÉRICA LATINA E OS ESTADOS  
UNIDOS DESDE O 11 DE SETEMBRO  
DE 2001  
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

ESTADOS UNIDOS: A ARMADILHA  
DO UNIPOLARISMO  
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

O "ANIVERSÁRIO"  
CRISTINA SOREANU PECEQUILLO

UM ANO DEPOIS, COOPERAÇÃO  
REGIONAL MAIS SOLTA NA ÁSIA-  
PACÍFICO  
PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

O APROFUNDAMENTO DO CONFLITO  
ISRAELO-PALESTINO FACE AO  
TERRORISMO  
CARMEN LÍCIA PALAZZO

O 11 DE SETEMBRO E A ÁFRICA  
WOLFGANG DÖPCKE

OS DIREITOS HUMANOS NA ERA DO  
TERROR: O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO  
DOS ATAQUES TERRORISTAS DE  
11 DE SETEMBRO DE 2001  
VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

O FORTALECIMENTO DO SISTEMA  
UNIPOLAR, GUERRA VITORIOSA  
CONTRA O TERRORISMO  
E VULNERABILIDADE DA AMÉRICA  
LATINA  
EDUARDO VIOLA  
HÉCTOR LEIS

## O Brasil, um ano depois

Amado Luiz Cervo \*

Logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, o governo de George W. Bush recebeu manifestações de solidariedade de quase todos os outros governos do mundo. Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros e dos mais claros a condenar a ação terrorista e a colocar-se ao lado dos Estados Unidos no combate ao novo mal do novo século. Seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, tomou a iniciativa de convocar uma reunião do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca com o intuito de coordenar a solidariedade continental em favor da vítima do ataque. Tudo isso se dava com respaldo da opinião nacional.

Em pouco tempo, contudo, o cenário modificou-se no Brasil. Os discursos de Bush e suas intenções provocaram a introspecção do problema, que era global e que se converteu em estadunidense. Os estereótipos da cultura política dos Estados Unidos, com suas simplificações pueris, foram espalhados pelo mundo por uma mídia poderosa: quem não está conosco está contra nós; os Estados Unidos têm novo inimigo universal; o terrorista de hoje corresponde ao comunista de ontem; a guerra será longa.

O governo de Cardoso decepcionou-se. Considerava que o combate ao terrorismo haveria de orquestrar-se por meio de negociação diplomática e cooperação internacional dos serviços de inteligência e não por meio da guerra a essa ou àquela religião ou cultura, a esse ou àquele país, a esse ou àquele governo. Que esse combate haveria de ser traçado com base na solidariedade original do mundo, mediante estratégia a ser definida por seu órgão de segurança, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

*"O governo de Cardoso decepcionou-se. Considerava que o combate ao terrorismo haveria de orquestrar-se por meio de negociação diplomática e cooperação internacional dos serviços de inteligência e não por meio da guerra a essa ou àquela religião ou cultura, a esse ou àquele país, a esse ou àquele governo."*

\* Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

## Estados Unidos: a armadilha do unipolarismo

Virgílio Caixeta Arraes\*

A história da política internacional demonstra que, a partir da paz de Vestfália, em 1648, os países europeus pautar-se-iam em suas relações externas pela busca entre si de um equilíbrio, de modo que país algum isoladamente – como a Espanha habsburguiana ou a França borbônica nos séculos XVI e XVII – pudesse ameaçar a soberania dos outros.

Ainda que muitas vezes precário, o equilíbrio entre os países europeus foi mantido até os dias atuais, mesmo que para isso se necessitasse de recorrer a um auxílio externo, como no século XX. No caso, os Estados Unidos, fiel da balança, ostentavam o bastão da democracia contra toda ideologia que lhe fosse contrária, desde que representada por um país. Assim foi até há alguns anos, quando a derrocada da antiga União Soviética e sua transformação em uma série de países, sendo o principal deles a Rússia, deixou os norte-americanos sem um contendor à altura.

Desde sua fundação, em 1776, quando as 13 colônias emanciparam-se perante a Inglaterra, os Estados Unidos, no contínuo processo de construção de sua identidade, acostumaram-se, ao longo de sua existência, a observar-se como contraponto dicotômico a outras potências significativas. No século XVIII, no seu próprio processo de independência, o país representou, destarte, a democracia contra a monarquia da Inglaterra – mesmo tendo sido auxiliado pela França absolutista de Luís XVI; no século posterior, o monroísmo americano – sintetizado na clássica fórmula *América para os americanos* – contrapôs-se ao princípio de intervenção coletiva acordado pelos cinco grandes da Europa no Congresso de Viena, em 1815; no século XX, a democracia americana contra o autoritarismo monárquico alemão e, anos depois,

contra o fascismo deste mesmo país. Ao mesmo tempo, um mundo dicotômico em sua visão de política externa facilitava-lhe sempre a permanência em sua órbita de inúmeros Estados, solidificando mais e mais seu poder.

Encerrada a II Guerra Mundial, novamente, o país se viu como antípoda do outro vencedor, momentaneamente aliado no conflito: a URSS socialista. Após quase meio século de embate, como nos demais, o país sair-se-ia vitorioso. O balanço final do século só poderia refletir um estado de euforia inefável, porque nação alguma vencera 3 grandes conflitos desde o longínquo período romano.

Todavia, destaque-se que a euforia exalante geraria a primeira iniciativa antes mesmo do fim formal do precocemente exaurido Império Soviético: a Guerra do Golfo, onde as demais potências apoiariam quase incondicionalmente a ação americana sobre o Iraque. Foi o momento, em termos de política mundial, do que Samuel Huntington alcunhou de unipolar, ou seja, uma superpotência – ou híper – circulada por potências menores, incapazes de não aceitar os desígnios do país hegemônico e, desta forma, objetarem os seus projetos.

No conflito, os Estados Unidos reuniram em torno de si 32 países, entre os quais a Grã-Bretanha, sua aliada incondicional, França, Egito, Arábia Saudita e até a Argentina. Em poucas semanas, afastando o espectro de um novo conflito similar ao do Vietnã, o país infligiria pesados danos às forças armadas iraquianas e destruiria a infra-estrutura, tanto civil como militar, do país, restaurando o antigo status da região – o Coveite novamente independente do Iraque, que, no entanto, conservaria Sadã Hussein no poder.

\* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB).

A guerra contra o Iraque, outrora parceiro na fase final da Guerra Fria, comprovou com sucesso a reorganização militar dos Estados Unidos, iniciada após o resultado negativo do embate contra os vietnamitas, em meados dos anos 70, consolidada durante a gestão Reagan (1980-88) e testada em larga escala com seu sucessor, Bush sênior (1989-92). Tendo por objetivo, no campo de batalha, o menor número possível de morte de seus soldados, mesmo com fortes danos ambientais ou civis inimigos, o país fez uso intenso da microeletrônica no desenvolvimento de armas teleguiadas de alta precisão, além de valorizar mais e mais o papel da Aeronáutica. As poucas baixas foram quase todas acidentais, advindas do “fogo amigo”.

O êxito militar conduziria a um otimismo econômico tanto interno como externo. O país viveria um período subsequente de quase uma década de crescimento, enquanto, por meio de organismos internacionais, notadamente, estimularia os países do Terceiro Mundo e do antigo regime socialista europeu a adotar o receituário neoliberal - combinado com a instalação de procedimentos formais de democracia – o qual seria sintetizado pelas seguintes características: austeridade fiscal e disciplina monetária, com severos cortes de gastos, implementação de reformas administrativas, que reduziriam sobremaneira o papel do Estado indutor do desenvolvimento para ser mero observador das variações dos investimentos privados, e mudanças no regime previdenciário.

*“Embora, internamente, o país mantivesse a euforia, embalado por índices de crescimento econômico insuperáveis por outras regiões desenvolvidas do globo; externamente, os desígnios, notadamente na Europa Ocidental e Ásia, eram outros, de forma que, novamente, recorrendo-se a Huntington, o ambiente seria unimultipolar, ou seja, a hiperpotência conduziria a pauta internacional, mas necessitaria da colaboração das demais potências, as quais, no plano regional principalmente, possuíam seus projetos e vontades.”*

Mais adiante, para tentar atrair capital privado externo e mantê-lo em ritmo regular de entrada nos países, a adoção de legislações que desonerassem estes fluxos. Desta forma, aparentemente, consolidava-se o regime prescrito pela Nova Ordem Mundial: democracias neoliberais, ao menos para a América Latina e Leste Europeu. Para uns, a nova era, alcunhada de *Pax Americana*, assemelhar-se-ia ao século XIX pós-Congresso de Viena,, conduzido pela *Pax Britannica*, que manteve o equilíbrio da Europa, então centro do mundo.

Embora, internamente, o país mantivesse a euforia, embalado por índices de crescimento econômico insuperáveis por outras regiões desenvolvidas do globo; externamente, os desígnios, notadamente na Europa Ocidental e Ásia, eram outros, de forma que, novamente, recorrendo-se a Huntington, o ambiente seria unimultipolar, ou seja, a hiperpotência conduziria a pauta internacional, mas necessitaria da colaboração das demais potências, as quais, no plano regional principalmente, possuíam seus projetos e vontades.

No período liderado pela gestão Clinton (1992-2000), o país ainda utilizava-se dos organismos internacionais para legitimar suas aspirações, passando aos olhos do mundo uma visão multilateral mínima de cooperação, mais próxima da composição real de poder.

Entretanto, com a estagnação econômica dos outros pilares da tríade – Europa Ocidental e Japão – e a falência da aplicação do receituário neoliberal na América Latina e Leste Europeu, sem contar o continente africano, menosprezado após o fim da

Guerra Fria, além da diminuição do ritmo do crescimento econômico – com o surgimento de fraudes e falências entre muitas de suas principais empresas – e da mudança de democratas para republicanos, há um descompasso entre os projetos americanos e o restante do mundo, notados pela extrema insistência dos ideólogos e aplicadores – Richard Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, John Bolton e outros - da política externa americana de configurar o cenário internacional quase nos mesmos moldes da Guerra Fria, que já seguia, ao longo de gerações, o esquema dicotômico, que consolidou a atuação internacional do país. Todavia, não há, atualmente, um inimigo à altura do poderio dos Estados Unidos ou que uma países – principalmente

desenvolvidos – em torno de um projeto norte-americano, de modo que há um evidente desajustamento entre os Estados Unidos e seus Estados aliados e tributários.

Se as demais potências não possuem o poder real de vetar ações norte-americanas; por outro, os Estados Unidos precisam do apoio destas para levar adiante alguns de seus empreendimentos, sem o qual correm o risco de colocarem-se em perigoso e rotineiro isolacionismo – bastando lembrar questões fundamentais recentes como o Tribunal Penal Internacional, o Tratado Ambiental calcado no Protocolo de Kyoto e a crise no Oriente Médio -, visto que a sua primazia militar e econômica não suplantaria a ausência da legitimidade político-moral.



## *O que é o IBRI*

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>